

EDUCAÇÃO NO BRASIL

Nesta aula serão abordadas as últimas notícias sobre a educação no Brasil:

- O Presidente Lula afirmou que educação e política são pilares para o país ter um futuro melhor e um presente digno. Além disso, o investimento nos cursinhos populares está previsto em um edital. O Presidente esteve em São Bernardo do Campo em outubro de 2025 e aproveitou para anunciar o investimento que o governo federal irá realizar em cursinhos preparatórios, para ingresso na educação de nível superior (cursos preparatórios para o Enem).
- governo Lula III inaugurou o programa “pé de meia”. É um dos principais programas desse governo.
- No começo de 2025, foi aprovada a lei que proíbe a utilização de aparelho celular em sala de aula, mas exceções também foram previstas.
- Em 2025 o MEC anunciou as novas regras para educação à distância.



O PULO DO GATO

Esses assuntos ligados à educação também são encontrados em provas discursivas.

O Brasil tem tudo para ser uma nação desenvolvida, mas fez escolhas equivocadas, principalmente, na educação. Enquanto Japão, Coreia do Sul e outras nações fizeram grandes apostas na educação básica, o Brasil focou na educação de nível superior. Foram escolhas equivocadas, e que fazem com que a nação pague um preço muito caro, especialmente, em relação ao mundo competitivo do trabalho.

O Brasil não tem educação financeira, por exemplo. Por isso, o universo de endividados no Brasil supera o número de 70 milhões.

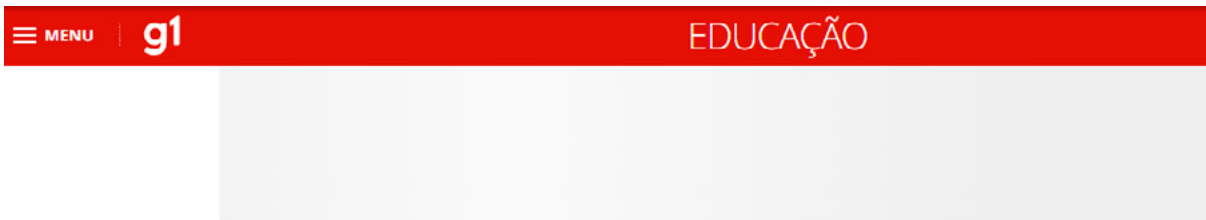
Além disso, não há educação profissionalizante no Brasil, por isso, muitos brasileiros não conseguem se inserir (reinsserir) no mercado de trabalho. Isso demonstra que a educação é um item fundamental.

Destaca-se que são os Municípios que devem cuidar da educação infantil e fundamental I e II. Já os Estados são responsáveis pelo ensino médio; e a União, pelo ensino superior (mas existem universidades estaduais também).

A educação pode ser de nível básico (infantil, fundamental e médio) e superior.



5m



4,2 milhões de estudantes de educação básica estão com atraso escolar, mostra análise do Unicef

Número corresponde a 12,5% dos alunos de educação básica no país. Os principais afetados são alunos de anos finais do ensino fundamental (42,7%), do sexo masculino (59,6%) e pardos ou pretos (56,3%).

Por **Redação g1**

25/09/2025 06h00 · Atualizado há 3 semanas

A notícia acima retrata a análise da Unicef sobre a educação. A Unicef é um Fundo para a infância. Ela recolheu dados sobre o desenvolvimento escolar e verificou que, no Brasil, há um atraso escolar, pois muitas crianças estão reprovando, outras não estão na série adequada à idade.

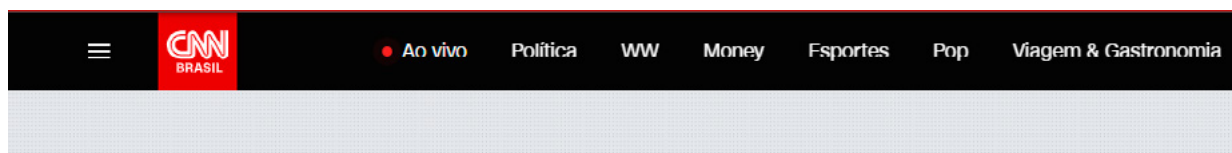
Embora o Brasil venha reduzindo o atraso escolar, o ritmo de diminuição desse atraso poderia ser maior.

O problema afeta principalmente alunos de anos finais do ensino fundamental (42,7%), do sexo masculino (59,6%) e pardos ou pretos (56,3%).

A distorção idade-série preocupa porque é um dos fatores que pode aumentar o risco de evasão escolar (quando o aluno passa a não mais frequentar a escola).

A análise feita pelo Unicef com base em dados do Censo Escolar revela que o Brasil tem reduzido o atraso escolar. Em 2023, a distorção idade-série afetava 13,4% dos estudantes.

Isso comprova que existem muitos alunos em situação de atraso escolar.



Alunos de escolas públicas têm aprendizagem afetada por falta de estrutura

Dados do Anuário Brasileiro da Educação Básica apontam impactos na aprendizagem; só 38,7% das salas têm ar-condicionado

André Nicolau e Sidney Gonçalves do Carmo, colaboração para a CNN Brasil

25/09/25 às 05:00 | Atualizado 25/09/25 às 22:35



10m

O Anuário Brasileiro da Educação Básica é um levantamento da ONG “Todos pela Educação”; é feito anualmente. A intenção é verificar quais são os obstáculos, barreiras e avanços da educação brasileira.

Os alunos das escolas públicas têm apresentado uma aprendizagem afetada pela falta de estrutura. Apenas 38,7% das salas têm ar-condicionado. Isso não é uma bobagem, pois grande parte do território brasileiro é tropical.

Em regra, os alunos passam calor dentro da sala de aula.

LANÇAMENTO DA 12ª EDIÇÃO DO ANUÁRIO BRASILEIRO DA EDUCAÇÃO BÁSICA 2025

A publicação da Todos pela Educação (em parceria com a Fundação Santillana e a Editora Moderna) concentrou dados chave da educação básica no Brasil, destinados a dar suporte para formulação de políticas públicas adequadas.

Alguns dos destaques:

- Na infraestrutura escolar: menos da metade das escolas públicas contam com sistema de esgoto, **mais de 20% não têm coleta de lixo**.
- Em termos de tecnologia: cerca de 44% das escolas públicas têm conexão adequada para uso pedagógico.
- 4,6% não têm sequer energia elétrica ou conexão mínima.
- Na equidade étnico-racial: as taxas de conclusão do Ensino Fundamental e Médio mostram diferença considerável entre estudantes brancos e pretos/pardos — por exemplo: aos 16 anos, $\cong 91,5\%$ dos brancos concluíram o Ensino Fundamental, frente a $\cong 80,9\%$ entre os pretos.

Essa publicação serve como termômetro do sistema e ajuda a apontar onde os esforços são mais urgentes.

EXPANSÃO DE APOIO A CURSINHOS POPULARES

O Presidente Lula, em São Bernardo do Campo, afirmou o apoio do governo federal a cursinhos populares.

Em 18 de outubro, o governo federal anunciou investimento de cerca de R\$ 108 milhões para apoio a até 500 cursinhos populares em todo o país em 2026, por meio do programa Rede Nacional de Cursinhos Populares (CPOP).

O foco são estudantes da rede pública em situação de vulnerabilidade social, visando, entre outros fins, acesso ao Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e ingresso no ensino superior.



15m

A quantidade de inscrições no Enem tem diminuído. Há 10 anos, eram 10 milhões de inscrições, recentemente, foram apenas 4 milhões de inscritos em 2024.

LEI N. 15.100/2025 — RESTRIÇÃO DO USO DE CELULARES EM ESCOLAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Essa lei trata do uso de celulares em estabelecimentos de educação básica. Não se aplica aos estabelecimentos de nível superior.

A lei foi sancionada em 13 de janeiro de 2025. O objetivo declarado é “dispor sobre a utilização, por estudantes, de aparelhos eletrônicos portáteis pessoais, inclusive telefones celulares, nos estabelecimentos públicos e privados de ensino da educação básica”, com o intuito de salvaguardar a saúde mental, física e psíquica de crianças e adolescentes.

PRINCIPAIS REGRAS:

Fica proibido o uso, por estudantes, de aparelhos eletrônicos portáteis pessoais durante a aula, o recreio ou intervalos entre as aulas, em todas as etapas da educação básica (educação infantil, ensino fundamental e médio) em estabelecimentos públicos e privados.

Exceções: o uso é permitido se for para fins **estritamente pedagógicos** ou **didáticos**, conforme orientação de profissional de educação.

Também permitidos são os usos em situações de acessibilidade, inclusão, saúde dos estudantes ou para garantir direitos fundamentais. Por exemplo, Ann é coreana e se mudou recentemente para o Brasil; ela não fala português, por isso, ela poderá usar o aparelho a fim de traduzir o conteúdo ensinado nas aulas.

As redes de ensino e as escolas (cada uma) deverão elaborar estratégias para tratar do tema do sofrimento psíquico e da saúde mental dos estudantes, incluindo a questão do uso imoderado de aparelhos eletrônicos. A intenção é fazer com que as crianças se socializem.

Muitos países que haviam aprovado o uso do celular em sala de aula voltaram atrás, por exemplo, a Suécia.



20m

DECRETO N. 12.456/2025 + POLÍTICA DE EAD — NOVA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA PARA O ENSINO SUPERIOR

Preocupados com a qualidade dos cursos a distância, o MEC publica esse Decreto com novas regras.

Em 19 de maio de 2025, o presidente assinou o decreto que institui a “Nova Política de Educação a Distância (EaD)”. Ele faz parte do marco regulatório para cursos de graduação na modalidade a distância, criado pelo Ministério da Educação (MEC).

PRINCIPAIS MUDANÇAS:

A modalidade 100% a distância para cursos de graduação deixa de ser a regra para muitos cursos. Conforme explicações, nem todos os cursos poderão ser ofertados 100% em EaD. Dessa maneira, no mínimo 1 prova de cada disciplina deve ser resolvida presencialmente.

Promove a criação ou fortalecimento do formato semipresencial, que combina parte presencial com parte EaD, ou aulas síncronas mediadas (aulas ao vivo). Isso permite maior contato entre o corpo docente e o corpo discente.

Há exigência de infraestrutura mínima nas Instituições de Educação Superior (IES) que oferecem EaD e nos polos de EaD: laboratórios, locais de estudo, plataformas digitais adequadas, interação pedagógica.

Também se exige que haja avaliação presencial obrigatória em cada unidade curricular ou pelo menos com peso majoritário na nota final, mesmo em cursos em EaD.

Há o estabelecimento de regras de transição para que as IES se adequem às novas exigências — por exemplo, a Portaria MEC n.381/2025 define prazos para adaptação. O prazo de adaptação será de 2 anos.

EXEMPLOS CONCRETOS DE IMPACTO

A nova política proíbe, por exemplo, que alguns cursos (em especial nas áreas de **saúde e licenciaturas**) sejam ofertados exclusivamente a distância. Dessa maneira, medicina, odontologia, direito, psicologia, enfermagem são cursos que não podem mais ser ofertados a distância. Esses cursos deverão ser ministrados exclusivamente no formato presencial ou semipresencial.

Um dos pontos é: “Nas disciplinas ofertadas de forma parcial ou integralmente em EaD, cada uma deve ter **duração mínima de dez semanas** e contar **com ao menos uma avaliação presencial**.”

Segundo o decreto, as plataformas digitais precisam garantir interação entre estudantes, professores e mediadores pedagógicos, conforme exigências de comunicação, usabilidade, acessibilidade.

ENEM

Enem, a partir da edição de 2025, volta a permitir que suas provas sejam usadas para a certificação de conclusão do ensino médio ou para uma “declaração parcial de proficiência”. Dessa maneira, aprovados no Enem podem utilizar a aprovação como certificação no ensino médio.

Especificamente, a Portaria n. 382/2025, publicada em 23 de maio de 2025, estabeleceu as diretrizes complementares para que o Enem cumpra esse papel.



25m

Algumas **exigências** para poder usar o Enem para o certificado: ter pelo menos **18 anos** completos na data da prova; alcançar **pontuação mínima** em cada área de conhecimento (por exemplo, no mínimo 450 pontos) e uma nota mínima na redação (500 pontos).

Além disso, o participante deve declarar, no momento da inscrição, que pretende usar o resultado para essa certificação.

O QUE É O PROGRAMA PÉ-DE-MEIA

O Pé-de-Meia é um programa de incentivo financeiro-educacional, criado pela Lei n. 14.818, de 16 de janeiro de 2024, e regulamentado pelo Decreto n. 12.038/2024.

É uma **poupança** criada para estimular a permanência e a conclusão dos estudos por jovens matriculados no ensino médio público, especialmente os de baixa renda.

Esse programa é somente para alunos das escolas públicas, e do ensino médio.

OBJETIVOS PRINCIPAIS

- Reduzir a evasão escolar no ensino médio, uma das etapas com maiores taxas de abandono.
- Democratizar o acesso à educação, fortalecendo a equidade.
- Promover mobilidade social, permitindo que jovens de famílias de baixa renda concluam a escolarização.
- Incentivar o desempenho escolar e a conclusão da Educação de Jovens e Adultos (EJA) de nível médio.

CONDIÇÕES PARA RECEBER

1. Estar matriculado e frequentando regularmente o ensino médio público.
2. Ter frequência mínima de 80%. Participar de avaliações oficiais (Enem, Saeb, etc.).
3. Não ser reprovado ou abandonar a escola durante o ano letivo.
4. Estar cadastrado e com dados atualizados no CadÚnico.

Estrutura dos pagamentos (valores aproximados):		
Etapa	Valor (R\$)	Condição
Matrícula anual	200	Pago no início de cada ano letivo
Frequência mensal	1.800 (12×150)	Presença mínima exigida
Conclusão de série	1.000	Ao fim de cada ano cursado
Conclusão do ensino médio	1.200	Ao final do 3º ano
Total estimado	 R\$ 9.200	Se o estudante cumprir todas as etapas

O total que pode ser sacado corresponde ao valor de R\$ 9.200.

Destaca-se que esse programa enfrenta dificuldade orçamentária, porque o governo não sabe de onde retirar esse recurso, pois a despesa não foi incluída no orçamento de 2025.

O Tribunal de Contas da União afirmou que o Governo não pode retirar do Fundo, porque há participação privada.

Recentemente, foi notificado que o Governo incluiu o pé de meia no orçamento de 2026 e resolveu o impasse com o TCU. Isso demonstra que o Brasil tem sérios problemas para honrar programas sociais, a exemplo do pé de meia.



30m

Este material foi elaborado pela equipe pedagógica do Gran Concursos, de acordo com a aula preparada e ministrada pela professora Rebecca Caroline.

A presente gravação tem como objetivo auxiliar no acompanhamento e na revisão do conteúdo ministrado na videoaula. Não recomendamos a substituição do estudo em vídeo pela leitura exclusiva deste material.
